

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A luta de muitos portugueses contra a tirania, a opressão e o obscurantismo culminou com a jornada do 25 de Abril/74 e lançou-nos na mais extraordinária aventura que um povo pode viver.

O regime derrubado em Abril/74 tinha na sua génese e fundamentos remanescências fascistas que não podemos nem devemos esquecer

- havia um partido único
- havia uma Mocidade Portuguesa
- havia polícia política quer se chamasse PVDE, PIDE ou DGS
- havia censura prévia aos órgãos de informação
- havia prisões políticas e campos de concentração, nomeadamente o Tarrafal em Cabo Verde e o Campo de S. Nicolau em Angola.

Por tudo isso temos, mais uma vez, de relembrar e comemorar o 25/Abril/74 pois estamos em liberdade e democracia.

O nosso Município, o Município de Caminha, repôs a normalidade do funcionamento democrático respeitando todos os partidos políticos, todas as Juntas de Freguesia, falando para todas as gerações, mobilizando as empresas e dialogando com as Associações Sindicais e patronais.

Embora o País tenha recuperado do longo período de estagnação e haja alguma recuperação, que se tem feito sentir nos aspectos sociais, educacionais e culturais, o Estado está ainda demasiado focado no Governo Central.

Precisamos de fazer as reformas que tornem o Estado menos oneroso e mais eficiente, aliviando o garrote financeiro sobre as famílias e as Empresas e melhorando a gestão dos recursos públicos e privados.

Quanto mais os Municípios assumirem competências para a vida das pessoas mais exigente se tornará a sua acção.

É esta passagem do poder central para os Municípios que defendemos e que deverá ser uma alavanca para o desenvolvimento das populações.

Quem decide tem que ter um rosto, alguém que dê a cara e responda às aspirações e anseios dos munícipes. Este processo de descentralização de competências deverá ser uma primeira fase, tendo em vista a regionalização do País.

Alargar competências significa contrariar a desertificação das nossas freguesias, das nossas aldeias, e a inércia do movimento do interior para as grandes cidades.

O grande objectivo dos Municípios tem que ser evitar e estancar a desertificação do interior.

O País precisa de todos os cidadãos para evoluir como sociedade coesa e solidária, quer vivam em Portugal ou no estrangeiro, que cultivem o amor à Pátria e garantam aos nossos emigrantes melhores condições de acolhimento e integração.

Terminada a fase das novas competências dos municípios deverá existir um diálogo fecundo para a passagem de algumas dessas competências para as nossas freguesias abdicando os municípios do poder de decisão sobre determinados temas reforçando assim o todo que é o nosso Portugal.

Não nos iludamos quanto à velocidade de implementação desta descentralização.

Existirão, como em todos os processos de mudança, forças políticas e sociais que tentarão travar este desenvolvimento desenhando falsas alternativas ou querendo queimar etapas que dirão desnecessárias.

Teremos que dar passos conscientes, consistentes, bem pensados e sem pressas.

Agora que, à partida, todos os partidos políticos podem ser parte das soluções de poder, sendo a democracia exercida de forma plena, teremos que resolver o problema das desigualdades para a construção de uma Sociedade mais justa.

Será necessário que os sacrifícios impostos a milhões de portugueses sejam produtivos e que as novas gerações deles beneficiem.

O Povo é quem mais ordena.

Assim continuaremos Abril e a dizer 25 de Abril sempre

VIVA O MUNICÍPIO DE CAMINHA

VIVA PORTUGAL